



OBSERVADOR DA ECONOMIA

Todos pagaremos a conta. Mas como?

Os Estados não podem dar calote no governo federal. Sob as regras atuais, no entanto, a dívida se torna impossível de pagar. Será preciso renegociar

Graziele Oliveira

O governo federal e os governos estaduais chegaram mais uma vez frustrados ao fim de um dia de negociação, na quinta-feira da semana passada. A dívida total dos Estados e do Distrito Federal com a União soma pouco mais de R\$ 427 bilhões, a pagar em prestações mensais. Os Estados pediram para deixar de pagar por 24 meses, a fim de ganhar fôlego. A União fez uma contraproposta, de que eles continuassem a fazer pagamentos mensais, só que com descontos. E que a facilidade durasse apenas 18 meses. Não houve acordo.

Os pagamentos dos Estados à União não diminuem. A dívida nominal apenas cresce. Como proporção do PIB, cai lentamente. A equação resulta de uma bela operação de engenharia financeira, feita em 1997. Naquele momento, o governo federal assumiu dívidas dos Estados e se tornou credor deles. Foi ótimo para combater a inflação e organizar as contas públicas. Para dar certo, os Estados teriam de fazer sua lição de casa, adaptando-se à Lei de Responsabilidade Fiscal. Não fizeram – e o sistema se tornou disfuncional.

O Rio de Janeiro, rico e populoso, é um exemplo dramático de penúria. Mas quase todas as unidades da Federação enfrentam dificuldades (leia o quadro). Com a crise e a queda na arrecadação, ficou mais difícil os governadores fecharem as contas. “Minas cortou muito mais despesas que a União. Mas temos uma despesa quase incompressível com educação”, diz Onofre Batista Junior, advogado-geral de Minas Gerais.

O governo federal também reorganiza suas contas. Se houver calote, todos perdem – e os mais pobres, como sempre, pagam a conta. Os lados terão de voltar à mesa de negociação. ♦

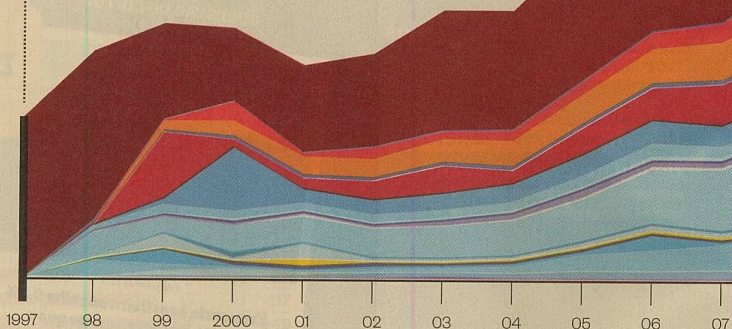
PAGAMENTO INFINITO

Desde 1997, os pagamentos consomem uma parcela crescente da receita dos Estados

Total de pagamentos dos Estados à União

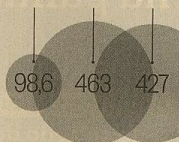
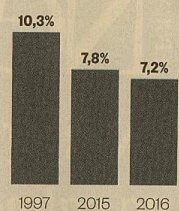
R\$ 5,1 bilhões

o pagamento total anual em 1998 equivalia a 0,5% do PIB



O VALOR DA DÍVIDA

Em % do PIB e em R\$ bilhões



É A DÍVIDA ATUAL, após um desconto dado pela União em janeiro

Apesar do total de pagamentos feitos, a dívida absoluta só aumenta. Como proporção do PIB, ela

ESTADO	SÃO PAULO	SANTA CATARINA	RIO GRANDE DO SUL
DÍVIDA INICIAL	43.685,1	1.390,8	10.181,4
TOTAL PAGO	128.612,9	12.767,0	24.494,6
DÍVIDA ATUAL	220.087,9	8.930,7	52.161,8
ANOS EM QUE NOVAS DÍVIDAS FORAM FEITAS	1997 2006 2015	1997 2006 2015	1997 2006 2015

